



PROCESSO Nº: 1084/2014 A (5 volumes e 1 Anexo)

ORIGEM: SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL – SEFIPE/TCDF

INTERESSADAS: PROCURADORIA-GERAL DO DF (PGDF) E DEFENSORIA
PÚBLICA DO DF (DPDF)

ASSUNTO: AUDITORIA DE REGULARIDADE

EMENTA: 1) **Auditoria na PGDF e na DPDF** (PGA - 2014). Área de pessoal (ativos, inativos e pensionistas). 2) **Decisão nº 3801/14:** conhecimento do relatório de auditoria, bem como dos documentos que o acompanhavam; determinação de remessa de cópia de documentos pertinentes à PGDF, à DPDF, à SE/DF e à SEG/DF, a fim de que se manifestassem acerca dos achados da auditoria; esclarecimentos às jurisdicionadas. 3) **Decisão nº 3782/15:** adiamento da apreciação do feito. 4) **Decisão nº 5587/15:** conhecimento das manifestações das jurisdicionadas; balizamentos sobre pontos relevantes do processo; novos esclarecimentos e determinações dirigidos à PGDF e à DPDF. 5) **Manejo de recursos** (embargos de declaração e pedido de reexame). Conhecimento e não provimento (Decisões nºs 716/16, 2049/16, 6156/16, 6321/16). 6) **Decisão nº 3118/17:** novas determinações à PGDF e à DPDF. 7) Esclarecimentos da DPDF. Sefipe, com anuência do *Parquet*, sugeriu: considerar parcialmente cumprida a Decisão nº 3118/17,



com reiteração das determinações não cumpridas; chamar em audiência a Titular da PGDF, tendo em conta o não cumprimento injustificado das determinações desta Corte. **8)** Concordância deste relator. **9) Decisão n.º 738/18:** adiamento da discussão da matéria (art. 99 do RITCDF). **10)** Ingresso nesta Corte de documentos encaminhados pela PGDF. Devolução do feito à Sefipe. Reinstrução. **11) Nesta fase: A Sefipe sugere à Corte: a)** ter por cumpridas as determinações direcionadas à PGDF (ítems “VII.1” e VII.3” da Decisão n.º 5587/15) e à DPDF (item “IX.2” da Decisão n.º 5587/15); **b)** determinar à DPDF que adote novas medidas, com verificação de seu cumprimento em futura auditoria. **c)** autorizar o arquivamento destes autos. **12) O Ministério Público põe-se de acordo** com o Corpo Técnico. **13) Voto convergente.**

RELATÓRIO

Tratam os autos de auditoria de regularidade realizada em 2014 na área de pessoal da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) e da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), compreendendo os períodos de dezembro/2009 a dezembro/2013 (PGDF) e de maio/2009 a dezembro/2013 (DPDF).

Dada a extensão e a complexidade da matéria fiscalizada, os trabalhos de auditoria resultaram em 03 (três) relatórios, compondo 03 (três) processos



específicos, com tramitação independente. Registro que, por conexão, todos estão vinculados a este Relator.

O exame da regularidade de pagamento de parcelas remuneratórias a ativos, inativos e pensionistas está sendo objeto dos **Processos nºs 11784/2014** (Relatório nº 4: teto constitucional, VPNI da Lei nº 4.426/2009, Adicional de Substituição, “Realinhamento com o TCDF” e Parcela 11,98%) e **11814/2014** (Relatório nº 5: demais parcelas que compõem a estrutura remuneratória de cada um dos servidores auditados).

No presente processo (**Relatório nº 03**), o objeto da auditoria foi verificar o seguinte: 1) a regularidade de pagamentos efetuados a servidores inativos e a pensionistas, na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24185/2007; 2) o cumprimento das providências adotadas em razão de concessões de aposentadoria tidas por ilegais, consideradas legais com necessidade de correções posteriores, bem assim das demais decisões prolatadas por esta Corte em processos de aposentadorias e pensões; 3) as melhorias posteriores que não alteraram o fundamento legal das concessões originais; 4) a acumulação de cargos e a contagem ponderada de tempo prestado em condições insalubres.

Diante dessa realidade, foram definidas quatro questões de auditoria (objetivos específicos), para atingir o objetivo geral da fiscalização *in loco* (analisar a legalidade e a regularidade de todos os pagamentos efetuados a servidores/pensionistas das jurisdicionadas, bem como buscar a melhor interpretação da legislação que cuida das carreiras envolvidas), a saber:

QA 1: *As jurisdicionadas têm cumprido as determinações do e. Plenário nos casos das concessões consideradas "legais com recomendação posterior" ou "ilegais", bem como nos casos que exigem correção da remuneração ou dos proventos de seus servidores?*

QA 2: *Os aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24185/2007), encontram-se regulares?*



QA 3: *Há servidores acumulando cargos ou empregos públicos ilicitamente ou com jornadas de trabalho incompatíveis?*

QA 4: *As diretrizes que estão sendo levadas em consideração pelas jurisdicionadas, bem como os documentos utilizados para as contagens ponderadas do tempo de serviço especial prestado em condições insalubres de seus servidores, estão de acordo com a legislação vigente?*

Realizados os devidos trabalhos de campo, foram estes os seus achados:

A.1.1. Não cumprimento de item constante em decisão proferida pela Corte.

A.1.2. Não houve concessão julgada ilegal no período abrangido pela auditoria.

A.2.1. Pagamento de parcelas em desconformidade com a legislação em vigor.

A.2.2. Definição da metodologia de cálculo do reajuste da parcela décimos (VPNI da Lei nº 4.584/2011) aguardando o trânsito em julgado da ADI nº 2012.00.2.023636-5.

A.2.3. Possíveis reajustes incorretos das pensões corrigidas nos termos da Decisão nº 719/2012.

A.3.1. 4 servidores da PGDF e 5 da DPDF acumulam cargos públicos, nas hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI, da CRFB e no art. 46 da LC nº 840/2011, mas, no curso da auditoria, não foi possível concluir quanto à compatibilidade horária de 7 deles.

A.3.2. Possível cessão ilícita de servidor efetivo da SEDF, que também é efetivo na PGDF, para a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

A.4.1. Não houve contagem ponderada do tempo de serviço especial prestado em condições insalubres no período auditado.

A.4.2. Na DPDF, ocorreu averbação de tempo prestado à Polícia Civil do Distrito Federal no período de 17/02/1982 a 10/07/1988, com acréscimo de 20%, mediante decisão judicial.

Ao final, o Corpo Técnico ofereceu à Corte as seguintes proposições:

I. *tomar conhecimento do presente relatório e dos documentos juntados aos autos às fls. 1/35 e no Anexo;*

II. *considerar cumpridas as Decisões TCDF com recomendação posterior constantes do Quadro I (fls. 47/48) e não cumprido o item IV da Decisão nº 4758/2013, de modo que essa determinação deve ser reiterada à PGDF, para que*



*adeque o cálculo do valor inicial da pensão concedida a **Bernadeth de Fátima Costa Machado**, matrícula n° 01621092 (instituidor: **Celso Machado**, matrícula n° 0012348X), ao disposto na Decisão n° 4491/2012, encaminhando a esta Corte no prazo de 60 (sessenta) dias os documentos comprobatórios;*

***III.** ter por regulares os aspectos financeiros iniciais (abono provisório/título de pensão) das concessões consideradas legais, para fins de registro, apreciadas à luz da Decisão TCDF n° 77/2007, constantes nos Quadros III (fls. 50/52) e, com as ressalvas apontadas no parágrafo 38 e subsequentes, no Quadro IV (fls. 52/54);*

***IV.** determinar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal e à Defensoria Pública do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a adoção das seguintes providências, necessárias ao exato cumprimento da lei, enviando ao Tribunal a documentação que certifica os ajustes nas situações apontadas:*

***a)** a ambas as jurisdicionadas que:*

1) realizem estudos de modo a avaliar a adequabilidade e suficiência do setorial de recursos humanos atualmente, bem como eventual necessidade de alterações na estrutura administrativa dessa área, à vista do que dispõe o Decreto n° 29.814/2008;

2) identifiquem e encaminhem cópia das normas relativas às jornadas de trabalho dos Procuradores e Defensores, tendo em vista que esses servidores não estão dispensados de cumprir carga horária de trabalho, apenas executam-na de forma diferenciada, pela peculiaridade de suas funções;

3) quanto ao reajuste concedido às parcelas pagas a título de VPNI da Lei n° 4.584/2011, decorrentes da transformação dos décimos, acompanhem o deslinde da ADI 2012.00.2.023636-5, ajuizada no TJDF, adequando os valores das respectivas parcelas ao que vier a ser decidido, após o trânsito em julgado da ação, para os servidores e pensionistas listados no Quadro V (fl. 56) e também para os casos análogos;

4) realizem levantamento de todos os pensionistas que teriam direito a optar pela correção dos benefícios com base na Decisão n° 719/2012; (a) caso alguns ainda não tenham sido comunicados, expeçam cartas informando quanto à possibilidade de opção pelo reajuste da Decisão n° 719/2012, ao invés do reajuste pelo RGPS, informando que essa opção é irretratável; (b) mantenham controles, no SIGRH ou em outras ferramentas, quanto aos servidores que fizeram ou não opção pelo reajuste definido pela Decisão n° 719/2012, de modo a ser possível realizar os reajustes nas pensões sempre que houver alteração na tabela de vencimentos das Carreiras; (c) efetivem no SIGRH as correções dos valores das pensões daqueles que tenham optado pelo reajuste com base na Decisão n° 719/2012, seguindo os



procedimentos constantes, por exemplo, no Ofício nº 25/2013-COPAG/SUGEP/SEAP (fl. 125-Anexo, expedido pela SEAP para a Secretaria de Estado de Trabalho do DF); (d) realizem os acertos a maior ou a menor, observando a prescrição quinquenal (Decisões nos 6.657/2006 e 6.806/2007), nos casos de falhas detectadas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, quando houver redução nos estipêndios; (e) informem a esta Corte os procedimentos e as providências adotadas;

5) observem as seguintes recomendações: a) a adoção, como conjunto mínimo e adequado de verificações de acumulações de cargos, consultas ao SIGRH, ao Portal da Transparência do Governo Federal e à RAIS. Além disso, considerando que as informações da RAIS podem não estar atualizadas, caso seja detectado algum vínculo nessa base de dados, é necessário realizar consultas adicionais nos portais da transparência dos entes ou nos portais dos tribunais de contas, quando houver a disponibilização dessas informações (como no caso do TCM/GO, do TCM/CE e do TCM/BA, que trazem informações da maioria dos municípios dos respectivos estados, por exemplo). Por fim, se houver alguma dúvida quanto à natureza jurídica dos vínculos listados na RAIS, é possível consultar o site da RFB, para verificar se a entidade se enquadra nas pessoas jurídicas a que se refere o artigo 37, incisos XVI e XVII, da CRFB; b) a prioridade na verificação anual da compatibilidade das jornadas de trabalho dos servidores que acumulam cargos (artigo 46, § 3º, da LC nº 840/2011), bem como a necessidade de exigir nesse mesmo momento dos seus servidores que recebam auxílio-alimentação ou auxílio-creche/pré-escolar, ou benefícios equivalentes, documentos comprobatórios de que não recebem esses mesmos benefícios nos demais vínculos, para assegurar o cumprimento do disposto no artigo 112, II, da LC nº 840/2011 e nos artigos 3º e 5º do Decreto nº 33.878/2012 (auxílio-alimentação), e na Lei nº 792/1994 e no artigo 7º do Decreto nº 16.409/1995 (auxílio-creche/pré-escolar); c) que apenas sejam aceitos, para fins de comprovação do cancelamento de pagamentos ou benefícios irregulares, declarações expedidas por entidades públicas ou cópias dos contracheques corrigidos, não bastando cópias de requerimentos ou declarações sem lastro probatório dos próprios interessados;

6) empreendam esforços para integração de informações com outros órgãos, inclusive de outras esferas, a fim de realizar um monitoramento contínuo, de modo a evitar a acumulação irregular de vencimentos e proventos, seja pela ocupação de cargos e empregos inacumuláveis ou pela incompatibilidade de horários (art. 46, § 3º, da LC nº 840/2011);

b) à PGDF que:



1) reajuste a pensão de **Bernadeth de Fátima Costa Machado**, matrícula nº 01621092, com base no índice aplicável ao RGPS, ou, caso ela tenha feito a opção, nos termos da Decisão nº 719/2012;

2) altere a base de cálculo inicial da pensão concedida a **Leila Luiza Jezler Campello**, matrícula nº 01722476, para fazer a parcela décimos incidir sobre o CNE-06, e não sobre o CNE-05, como vem ocorrendo, corrigindo em seguida o valor da pensão pelos índices aplicáveis ao RGPS;

3) adeque, na tela CADPVT09 do SIGRH, o valor inicial da pensão concedida a **Maria de Lourdes da Silva**, matrícula nº 01853767, de acordo com o que consta no título de pensão que foi corrigido no curso da auditoria, assegurando a correção do valor atual de acordo com os índices aplicáveis ao RGPS;

4) encaminhe, via SIRAC, a revisão dos proventos da servidora **Vera Lúcia Oliveira da Silva**, matrícula nº 00342874, integralizados em cumprimento a decisão judicial (DODF de 01/04/2014), para o devido registro;

5) apresente as grades horárias na PGDF e nas universidades federais em que lecionam, bem como parecer conclusivo quanto à compatibilidade horária dos servidores **Leo Ferreira Leoncy**, matrícula nº 00969117, **Rafael Santos de Barros e Silva**, matrícula nº 01716069, e **Tarcísio Vieira de Carvalho Neto**, matrícula nº 00465410, conforme consta no Quadro VI (fl. 62), em observância ao rito estabelecido no art. 48 e seguintes da LC nº 840/2011;

6) quanto ao servidor **Elienai Rodrigues Melo**, matrícula nº 01754416: (a) apresente declarações atualizadas contendo as jornadas de trabalho de fato exercidas na PGDF e na Presidência da República, juntando cópias das folhas de ponto a partir de 2012 nos 2 órgãos; (b) esclareça se as alterações nas jornadas de trabalho do vínculo com a PGDF atenderam a interesse do serviço; (c) informe se houve solicitação do servidor para as mudanças das jornadas de trabalho, juntando documentação comprobatória, se houver, e se outros servidores também exercem suas funções nos mesmos horários; (d) solicite ao setorial de pessoal da Presidência da República e encaminhe a esta Corte, além das informações constantes nos itens (b) e (c), só que relativas ao vínculo com o órgão federal, esclarecimentos quanto aos períodos em que o servidor exerceu suas atividades em horário noturno (após as 22:00), tendo em conta que, apesar do que consta na declaração de fl. 28 do Processo GDF nº 0080-006864/2012, ele nunca recebeu adicional noturno por esse órgão cessionário, em desconformidade com o art. 7º c/c art. 39, § 3º, da CRFB e com o art. 75 da Lei nº 8.112/1990;

c) à DPDF que:



*1) continue acompanhando o trâmite do Processo nº 1.258/2011, em face do disposto no item II da Decisão nº 5788/12, que trata da aposentadoria de **Maria do Socorro Cunha Cavalcante**.*

*2) corrija no abono provisório da servidora **Deusa Maria de Carvalho**, matrícula nº 00273600, a parcela ATS, para fazê-la incidir sobre o provento básico integral e não sobre o provento básico proporcional;*

*3) quando ao servidor **Francisco de Assis Coriolano dos Santos**, matrícula nº 00301205:*

a) reduza, no SIGRH, o valor pago a título de VPNI da Lei nº 4.584/2011 para R\$ 105,28 ou justifique o valor atual de R\$ 119,65, que não reflete a parcela incorporada (10/10 do GEG-Auxiliar);

b) encaminhe com urgência a esta Corte, via SIRAC, a revisão dos proventos do servidor publicada no DODF de 12/04/2013 e retificada no DODF de 28/05/2013, para o devido registro;

*4) justifique por que matéria tratada no Processo nº 020.001.147/98(reenquadramento), relacionada com a aposentadoria da servidora **Maria Elisabeth Queiroz de Carvalho**, matrícula nº 00469823, não foi levada ao conhecimento do Tribunal para exame da legalidade, apontando, ainda, as medidas adotadas em razão referida alteração funcional, observado o disposto no Título IV, Capítulo 2, do Manual de Aposentadoria do TCDF;*

*5) informe as grades horárias dos servidores **Antônio Lázaro Andrade dos Santos**, matrícula nº 00306487, **Ricardo Alves Peres Moreira**, matrícula nº 01367218, e **Rosimeire Maria dos Santos**, matrícula nº 00427519, conforme consta no Quadro VII (fls. 62/63), tanto na DPDF quanto na SEDF, onde atuam como Professores de Educação Básica, com parecer conclusivo quanto à compatibilidade horária;*

*V. determine à SEDF, por ser o órgão de origem do servidor **Elienai Rodrigues Melo**, matrícula nº 0201968X, que informe o histórico anual dos déficits de professores na rede pública de ensino do DF desde 2011; e*

*VI. determine, ainda, à SEG, por força do que dispõe o Decreto nº 22.994/2002, que apresente os motivos que justificaram e continuam embasando a cessão, em caráter excepcional (art. 152, § 3º, da LC nº 840/2011), do servidor **Elienai Rodrigues Melo**, matrícula nº 0201968X, da Secretaria de Estado de Educação para a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, tendo em conta que não atendidas as hipóteses de que trata o art. 152, inciso I, alínea “b”, e inciso II, da LC nº 840/2011, sob pena de nulidade do ato.*



VII. *informar às jurisdicionadas que os valores pagos indevidamente, salvo se houver disposição em contrário, devem ser apurados e ressarcidos ao erário, assegurando, previamente, o contraditório e a ampla defesa. Do mesmo modo, os valores a que servidores e pensionistas fazem jus, mas não foram pagos, devem ser levantados e pagos;*

VIII. *autorizar a remessa de cópia do Relatório de Auditoria à PGDF, à DPDF, à SEDF e à SEG, para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas.*

O Ministério Público, mostrando-se resistente a algumas das considerações trazida pelo Corpo Técnico, opinou por que o TCDF, à luz do art. 41, § 2º, da LC nº 01/94, desse conhecimento do relatório de auditoria e de seu parecer às jurisdicionadas envolvidas, a fim de que prestassem os esclarecimentos que julgassem necessários ou adotassem as medidas cabíveis para rechaçar as falhas apontadas pela Sefipe ou mesmo pelo próprio *Parquet* (parágrafos 12 *usque* 34 do seu parecer).

O Plenário acolheu a posição do *Parquet* (Decisão nº 3801/14)².

Após as jurisdicionadas dizerem o que entendiam de direito, a Sefipe voltou a se manifestar nos autos. Em síntese, concluiu que as providências reclamadas nos itens “II”, “IVa6”, “IVb1”, “IVb2”, “IVb3”, “IVb4”, “IVc2”, “IVc3” e “IVc5” das proposições constantes do relatório de auditoria foram atendidas a contento.

Quanto às demais proposições, entendeu que remanesciam pendências, ensejando a adoção de medidas complementares pelas jurisdicionadas.

² O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do relatório e dos documentos juntados aos autos (fls. 1/83 e Anexo); II – dar por cumpridas as recomendações constantes das decisões arroladas no Quadro I (fls. 47/48); III – considerar não cumprido o item IV da Decisão nº 4.758/13; IV – ter por regulares, com as ressalvas apontadas no parágrafo 38 e subsequentes, do relatório de auditoria - as quais serão objeto de manifestação/regularização/justificativa das jurisdicionadas, na forma proposta no item seguinte -, os aspectos financeiros das concessões consideradas legais, para fins de registro, que foram apreciadas à luz da Decisão/TCDF nº 77/2007 (Processo nº 24185/07), constantes dos Quadros III (fls. 50/52) e IV (fls. 52/54); V – com fundamento no art. 41, § 2º, da LC nº 01/94, determinar a remessa de cópia do Relatório de Auditoria de fls. 36/83 e do Parecer Ministerial de fls. 87/96 à PGDF, à DPDF, à SE/DF e à SEG/DF, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, apresentem, no âmbito da respectiva alçada, os esclarecimentos/justificativas pertinentes ou indiquem as eventuais providências adotadas com relação aos apontamentos da equipe de auditoria ou mesmo do Ministério Público (itens II, em relação ao não cumprimento da Decisão nº 4.758/13, e IV a VII do Relatório de Auditoria, bem como parágrafos 7/38 do Parecer nº 501/2014 - MF); VI – autorizar que seja dada ciência às jurisdicionadas que o Tribunal somente se pronunciará sobre o mérito das questões suscitadas pela equipe de auditoria após a análise dos esclarecimentos/justificativas apresentados ou das providências porventura adotadas em resposta ao item anterior; VII – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para a adoção das medidas de praxe e em especial para a providência indicada no parágrafo 28 do Parecer nº 501/2014 - MF.



Mesmo vendo com reservas determinadas considerações do Corpo Técnico, o Ministério Público, em parecer do Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, acolheu todas as sugestões apresentadas.

Após a manifestação do *Parquet*, foram formulados pedidos de sustentação oral pela DPDF e pela PGDF (fls. 502/503). Por meio do Despacho Singular nº 244/2015 – GC/PT, deferi os pleitos (fls. 504/505), fixando a data de 28.05.15 para a realização da defesa.

Contudo, antes daquele dia, mais precisamente em 15.05.15, a Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Seccional do Distrito Federal protocolou nesta Casa o Documento de fls. 508/510, no qual formulara pedido de intervenção nos presentes autos.

Argumentou a OAB/DF que a matéria aqui tratada afeta diretamente os interesses dos Procuradores do DF e dos Defensores Públicos do DF, cargos que integram a estrutura da advocacia pública do Distrito Federal. Assim, *ex vi* o art. 44, inciso II, da Lei Federal nº 8.906/94³, ela teria legitimidade para defender esses advogados, assim como teria interesse no resultado do julgamento do feito.

Diante desse quadro, requereu:

- a) sua intervenção no presente feito, a fim de promover a defesa dos interesses dos Procuradores do Distrito Federal e dos Defensores Públicos do Distrito Federal;
- b) vista dos autos;
- c) adiamento da Sessão Ordinária designada para o dia 28/05/15.

³ Art. 44. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), serviço público, dotada de personalidade jurídica e forma federativa, tem por finalidade:

II - promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.



Seguindo o caminho da OAB/DF, a Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal também manifestou interesse em ingressar nos autos (fls. 511/542). São palavras suas:

“é em direção aos direitos e interesses legítimos que a postulante pleiteia o ingresso no feito, a fim de trazer elementos informativos, além de razões legais e constitucionais para essa E. Corte de Contas, porquanto a tese jurídica que vier a ser sufragada por esse Egrégio Tribunal pode vir a afetar diretamente os direitos e prerrogativas dos Procuradores de Estado e do Distrito Federal garantidos por legislação oriunda de outros Estados da Federação”.

Por meio do Despacho Singular nº 307/15, acolhi os pedidos da OAB/DF e da ANAPE. Como consequência disso, as referidas entidades ingressaram no presente feito; houve o adiamento *sine die* da sustentação oral inicialmente marcada para 28.05.15; vistas dos autos foram dadas às interessadas, na forma permitida pelas normas desta Corte; fixou-se prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação de memoriais.

Mais adiante, proferi o Despacho Singular nº 321/15, deferindo o pleito da Associação dos Defensores Públicos do Distrito Federal (ADEP/DF) para também ingressar no feito (cf. Petição de fls. 551/561).

Por fim, mediante o Despacho Singular nº 359/15, foi fixada a data de 25.08.15 para a realização da sustentação oral de todas as partes envolvidas, ocasião em que a Corte proferiu a Decisão nº 3782/15, com o seguinte teor:

O Tribunal, por unanimidade, aprovou solicitação do Relator, no sentido de que fosse adiada a discussão da matéria, com a devolução dos autos ao seu gabinete, à vista dos argumentos apresentados pelos defendentes.

Ainda em decorrência do ajustado na Sessão Ordinária nº 4803, realizada no dia 25.08.15, foram juntados aos autos os memoriais de fls. 601/628 (PGDF) e de 629/638 (DPDF), que ratificavam o posicionamento oral então adotado pelos defendentes.

Sobreveio, então, a Decisão nº 5587/15, *in verbis*:



O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: 1) dos Ofícios n.ºs 1323/2014-GAB/SEG e anexos (fls. 154/254) e 1758/2014-GAB/SE e anexos (fls. 260/265); 2) dos esclarecimentos prestados pela Defensoria Pública do Distrito Federal (fls. 266/311) e pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal (fls. 312/428); 3) do Memorial/PGDF acostado às fls. 601/628; 4) do Memorial/DPDF acostado às fls. 629/637; 5) do documento de fl. 638, acostado pela DPDF, para, no mérito, negar-lhe provimento, por ausência de amparo legal e/ou regimental; II – considerar atendidos: 1) os itens V e VII da Decisão n.º 3.801/2014, bem como a determinação disposta no item IV da Decisão n.º 4.758/2013, referente à pensão civil instituída por Celso Machado (ex-servidor da PGDF); 2) os itens IV.a.6; IV.b.4 e IV.c.5 do Relatório de Auditoria n.º 3/2014; III – ter por satisfatórias as providências adotadas: 1) pela PGDF, quanto aos servidores Bernadeth de Fátima Costa Machado, Matrícula n.º 01621092, Leila Luiza Jezler Campelo, Matrícula n.º 01722476, Maria de Lourdes da Silva, Matrícula n.º 01853767, e Vera Lúcia Oliveira da Silva, Matrícula n.º 00342874 (itens IV.b.1 a IV.b.4); 2) pela DPDF, em relação aos servidores Deusa Maria de Carvalho, Matrícula n.º 00273600, e Francisco de Assis Coriolano dos Santos, Matrícula n.º 00301205 (itens IV.c.2 e IV.c.3); IV – tomar conhecimento das propostas de melhoria do setor de Recursos Humanos da PGDF (Portaria n.º 176, de 06.11.2014 – fl. 347) e da DPDF (Nota Técnica n.º 005/2014-DIGEP – fl. 309/311), alertando os órgãos de que o assunto será objeto de verificação em futura auditoria; V – deliberar no sentido de que: 1) os ocupantes de cargos do Grupo – Serviços Jurídicos, de que trata a Lei n.º 5.920, de 19.09.1973, quais sejam: Procurador do Distrito Federal, Assistente Jurídico, Procurador Autárquico e Defensor Público, estão submetidos a regime de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, conforme art. 17 do Decreto n.º 2.438/1973, combinado com o disposto nos Decretos n.ºs 4.736, de 12.07.1979, e 10.953, de 14.12.1987, o que guarda conformidade com a regra estabelecida no art. 57 da LC n.º 840/2011; 2) os Defensores Públicos e os Procuradores do Distrito Federal são servidores públicos e não agentes políticos; 3) em decorrência das especificidades das atribuições dos cargos de Defensor Público do Distrito Federal e Procurador do Distrito Federal, os seus ocupantes não devem ter jornada de trabalho prefixada, sem prejuízo de que haja a elaboração, pelas jurisdicionadas, de normativo que discipline a jornada de trabalho dos respectivos cargos; 4) para os Procuradores e Defensores Públicos do Distrito Federal ocupantes de cargos/funções comissionados, o regime de trabalho deve ser de 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do art. 58 da LC n.º 840/2011; 5) para a análise da compatibilidade de horários envolvendo Defensor Público ou Procurador e Professor, é necessária a elaboração de normativos próprios das jurisdicionadas, em que seja regulamentada a jornada de trabalho, levando-se em consideração a flexibilidade das funções típicas desses cargos, bem como o espaço de tempo para descanso e deslocamento de uma jornada de trabalho para outra; VI – determinar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal e à Defensoria Pública do Distrito Federal que, para os servidores e pensionistas listados no Quadro V (fl. 56) e também para os casos análogos, quanto ao reajuste das parcelas pagas a título de VPNI da Lei n.º 4.584/2011, decorrentes da transformação dos décimos, acompanhem o deslinde da ADI/TJDF n.º 012.00.2.023636-5, adequando os valores das respectivas parcelas ao que for decidido na referida ação, tão logo se



dê o seu trânsito em julgado; VII – determinar à PGDF que: 1) examine a compatibilidade de horários entre os cargos exercidos pelos servidores Léo Ferreira Leoncy, Processo n.º 020.003.524/2014, Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, Processo n.º 020.003.092/2006 e Rafael Santos de Barros e Silva, Processo n.º 020.004.074/2014, levando-se em consideração, para tanto, o disposto no item V desta decisão; 2) no concernente ao servidor Elienai Rodrigues Melo, Matrícula n.º 0175441-6, dê conhecimento ao Tribunal do desfecho do Processo Administrativo n.º 020.002.748/2014, relacionado com a acumulação de cargos incorrida pelo servidor; 3) quanto à servidora Leila Luíza Jezler Campello, Matrícula n.º 01722476, apresente o desfecho das providências adotadas em relação ao item “IV.b.2” do Relatório de Auditoria n.º 3/2014; VIII – esclarecer: 1) à PGDF que o desfecho do levantamento de que trata o item “IV.a.4” do Relatório de Auditoria será objeto de verificação em futura auditoria; 2) à PGDF e à DPDF que o desfecho das medidas adotadas em relação aos itens “IV – a.5” e “IV.a.6” do Relatório de Auditoria será objeto de verificação em futura auditoria IX – determinar à DPDF que: 1) continue acompanhando o trâmite do Processo n.º 1.258/2011, em face do disposto no item II da Decisão n.º 5.788/2012, que trata da aposentadoria de Maria do Socorro Cunha Cavalcante; 2) observando o disposto no Título IV, Capítulo 2, do Manual de Aposentadoria do TCDF, encaminhe a esta Corte o Processo n.º 020.003.007/1999, relativo à aposentadoria da servidora Maria Elisabeth Queiroz de Carvalho, Matrícula n.º 00469823, para o devido exame da revisão de reequadramento; X – determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Esporte e Lazer do Distrito Federal que encaminhe ao Tribunal o desfecho das providências adotadas em relação à acumulação de cargos incorrida pelo servidor Elienai Rodrigues Melo, Matrícula n.º 01754416, conforme mencionado no Ofício n.º 1.758/2014-GAB/SE; XI – autorizar: 1) o encaminhamento de cópia dos documentos ofertados pela Presidência da República (fls. 389/427) à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, para subsidiar a análise dos Processos n.ºs 080.005.535/2003 e 080.006.864/2012, relacionados com o servidor Elienai Rodrigues Melo, Matrícula n.º 01754416; 2) a remessa de cópia da instrução da Sefipe/TCDF, do Parecer do Ministério Público e do relatório/voto do Relator à DPDF e à PGDF, para subsidiar a adoção das providências indicadas; 3) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para a adoção das medidas de praxe.

Recursos foram interpostos contra a referida decisão (Embargos de Declaração de fls. 667/679 e Pedido de Reexame de fls. 694/711). Sucesso, contudo, não obtiveram os recorrentes (Decisões n.ºs 716/16 e 6321/16).

Mais adiante, a Corte proferiu a Decisão n.º 3118/17⁴.

⁴ O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da Instrução de fls. 787/793, considerando cumpridos os itens VI, VII.2 e X da Decisão 5587/2015; II – reiterar 1) à Procuradoria-Geral do Distrito Federal os itens VII.1 e VII.3 da Decisão 5587/2015; 2) à Defensoria Pública do Distrito Federal o item IX.2 da Decisão 5587/2015; III – alertar a Procuradoria-Geral do Distrito Federal e o Defensor Público-Geral sobre a possibilidade de virem a sofrer sanção (art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 01/94, c/c o § 3º do art. 272 do Regimento Interno do



Posteriormente, tendo em conta os esclarecimentos prestados pela DPDF e pela ausência de manifestação da PGDF, o Corpo Técnico, com a anuência do *Parquet*, sugeriu ao Tribunal: ter por parcialmente cumprida a Decisão nº 3118/17, reiterando as determinações não cumpridas; chamar em audiência a Titular da PGDF, pelo não cumprimento injustificado das determinações desta Corte.

Sem maiores obstáculos, subscrevi, na íntegra, essa sugestão.

Levados os autos à Sessão Plenária do dia 1º.03.2018, o Tribunal, acolhendo proposta da Presidência da Casa, deliberou pelo adiamento da discussão da matéria, com arrimo no art. 99 do RI/TCDF (Decisão n.º 738/18).

Logo após, antes mesmo que submetesse o feito novamente à discussão e votação por este c. Plenário, a Sefipe requereu sua devolução, para análise de novos documentos encaminhados pela PGDF.

A propósito, a Sefipe assim se manifesta:

2. Na última apreciação dos autos (Sessão de 4.7.2017 – fls. 823), o Tribunal prolatou a Decisão 3118/2017, de seguinte teor:

I – tomar conhecimento da Instrução de fls. 787/793, considerando cumpridos os itens VI, VII.2 e X da Decisão 5587/2015;

II – reiterar 1) à Procuradoria-Geral do Distrito Federal os itens VII.1 e VII.3 da Decisão 5587/2015; 2) à Defensoria Pública do Distrito Federal o item IX.2 da Decisão 5587/2015;

III – alertar a Procuradora-Geral do Distrito Federal e o Defensor Público-Geral sobre a possibilidade de virem a sofrer sanção (art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 01/94, c/c o § 3º do art. 272 do Regimento Interno do TCDF), em caso de não atendimento, sem causa justificada, dos subitens 1 e 2 do item precedente, respectivamente;

IV – autorizar: 1) que a análise do cumprimento do item IX.1 da Decisão nº 5587/15 seja feita em auditoria; 2) o retorno dos autos à Sefipe, para a adoção das medidas de praxe.

3. A decisão em comento foi comunicada às jurisdicionadas em 14.7.2017 (fls. 824/825).



4. Quanto ao cumprimento da diligência pela Defensoria Pública, reproduz-se as considerações lançadas a fls. 828/829, verbis:

“4. A Defensoria Pública pronunciou-se nos termos do documento de fls. 826, esclarecendo que, no tocante ao item IX.2 da Decisão 5587/2015, encaminhou “a esta Corte de Contas, o original do processo administrativo nº 020.003.007/1999 (apenso ao nº 020.001147/1998) relativo a aposentadoria da servidora Maria Elisabeth Queiróz de Carvalho, matrícula 00469823, para o devido exame da revisão de reenquadramento”.

5. A gênese da diligência reside no fato de que os proventos atuais da servidora vinham sendo pagos em cargo diverso daquele em que se deu a inativação, sem que tivesse sido submetida à Corte a revisão de proventos respectiva.

6. De fato, pelo que se extrai dos processos ora encaminhados ao Tribunal, a servidora, embora tivesse se aposentado em 31.12.1998 no cargo de Assistente Jurídico de 2ª Categoria (fls. 23 do Apenso 020.001.147/98), foi promovida extemporaneamente (ato publicado no DODF de 9.8.2000), com efeitos a contar de 28.12.1995, ao cargo de Assistente Jurídico Especial (fls. 92 do Apenso 020.003.007/99).

7. Tal fato justifica a divergência encontrada por ocasião dos trabalhos de fiscalização, sendo certo que, por ter a promoção produzido efeitos pretéritos à inativação, não há que se falar de ato de revisão como inicialmente cogitado.

8. De outro lado, a situação demanda da Administração a retificação do ato de aposentadoria e do respectivo abono provisório para adequação do cargo ocupado pela servidora e seus proventos. Estas providências, aliás, poderão ser objeto de verificação em futura auditoria.”

5. Por ocasião da anterior instrução, não havia nos autos manifestação da PGDF quanto à diligências de que tratam os itens VII.1 e VII.3 da Decisão 5587/2015, reiteradas pelo item II da Decisão 3118/2017 [VII – determinar à PGDF que: 1) examine a compatibilidade de horários entre os cargos exercidos pelos servidores Léo Ferreira Leoncy, Processo n.º 020.003.524/2014, Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, Processo n.º 020.003.092/2006 e Rafael Santos de Barros e Silva, Processo n.º 020.004.074/2014, levando-se em consideração, para tanto, o disposto no item V desta decisão; ... 3) quanto à servidora Leila Luiza Jezler Campello, Matrícula nº 01722476, presente o desfecho das providências adotadas em relação ao item “IV.b.22²” do Relatório de Auditoria n.º 3/2014].

6. Submetidos os autos à apreciação plenária, houve por bem o Tribunal adiar a discussão da matéria, conforme consta da Decisão 738/2018 (fls. 853). Sobrevindo o encaminhamento pela PGDF dos documentos de fls. 855/861, solicitou-se a restituição do processo a esta Unidade Técnica.

7. A PGDF informa, em atendimento ao item VII.1 da Decisão 5587/2015, que:

² “2) altere a base de cálculo inicial da pensão concedida a Leila Luiza Jezler Campello, matrícula nº 01722476, para fazer a parcela décimos incidir sobre o CNE-06, e não sobre o CNE-05, como vem ocorrendo, corrigindo em seguida o valor da pensão pelos índices aplicáveis ao RGPS;”



“Em relação ao servidor Leo Ferreira Leoncy, que o mesmo usufruiu de licença para tratar de interesses particulares junto a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, licença esta que perdurou até o dia 18/02/2018, sendo requerido no último dia 19/02/2018 sua exoneração do cargo efetivo de professor dessa instituição de ensino.

Em relação ao servidor Rafael Santos de Barros e Silva, o mesmo prestou declaração e informou que desde o fim do primeiro semestre do ano de 2015, não mais ocupa o cargo de professor-substituto da FD/UnB, tendo ocupado tal função apenas no período de agosto/2013 a julho/2015.

Em relação ao servidor Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, o mesmo declarou que ocupa o cargo de Professor (tempo parcial) na Universidade de Brasília, o que representa hipótese legítima de acumulação de cargos (um de professor e um técnico - de procurador), nos termos do artigo 37, XVI, da Constituição Federal de 1988, havendo perfeita compatibilidade de horários”.

8. As informações prestadas atendem à diligência determinada pela Corte. Com efeito, segundo a PGDF, o servidor que permanece acumulando o cargo de Procurador do DF com o de professor atende ao requisito da compatibilidade horária.

9. No que se refere ao item VII.3 da Decisão 5587/2015, a PGDF esclareceu que “a Sra. Leila Luiza Jezler Campello não pertence ao quadro desta procuradoria”. Ocorre que a falha identificada na auditoria está afeta ao cálculo de benefício pensional da Sra. Leila (instituidor: Lauro Pinto Cardoso Júnior, Procurador do DF, Categoria II) e não, eventualmente, à sua condição de servidora.

10. De todo modo, verifica-se que, na tela CADPVT09 do SIGRH, houve alteração do cálculo da parcela “Décimos Lei 1004/96 Inativos” para considerá-la com base no CNE-06, bem assim alteração no valor do benefício em janeiro/2018³ (fls. 862), fazendo crer, em que pese o teor da resposta encaminhada ao Tribunal, que a diligência foi cumprida. Nada obsta, todavia, a que se verifique em futura auditoria a regularidade dos cálculos em questão.

Após essas considerações, a Sefipe sugere à Corte, em síntese, o seguinte: **a)** ter por cumprida, pela Defensoria Pública do DF, a diligência de que trata o item IX.2 da Decisão 5587/2015, e, pela Procuradoria-Geral do DF, as diligências a que se reportam os itens VII.1 e VII.3 da mesma Decisão 5587/2015; **b)** determinar à DPDF que adote novas medidas, com verificação de seu cumprimento em futura auditoria. **c)** autorizar o arquivamento destes autos.

³ No montante de 2,069%, que corresponde ao reajuste do RGPS conforme Portaria 15, de 16.1.2018, do Ministério da Fazenda.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 889
Proc.: 1084/14
PT

O Ministério Público, uma vez mais, põe-se de acordo com o
Corpo Técnico.

É o relatório.



VOTO

Em harmonia com as manifestações constantes dos autos, as quais adoto como razões de decidir, Voto por que o Plenário:

I - tome conhecimento da Instrução de fls. 863/866, bem assim dos documentos de fls. 826 e 855/862, considerando cumprida, pela Defensoria Pública do DF, a diligência de que trata o item “IX.2”, e, pela Procuradoria-Geral do DF, as diligências a que se reportam os itens “VII.1” e “VII.3”, ambas da Decisão 5587/2015;

II - determine à Defensoria Pública do DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, providencie a retificação do ato de aposentadoria da servidora Maria Elisabeth Queiróz de Carvalho, matrícula 00469823, de modo a contemplar a promoção levada a efeito pelo ato publicado no DODF de 9.8.2000 (fls. 92 do Processo 020.003.007/1999), com observância dessa medida no abono provisório da concessão, inserindo tais documentos no Processo nº 020.001.147/1998;

III – autorize:

- 1) o encaminhamento deste Voto e da decisão que o acompanhar à PGDF e à DPDF;
- 2) a verificação, em futura auditoria, das medidas determinadas no item II, bem como a regularidade dos cálculos aludidos no parágrafo 10 da Instrução de fls. 863/866;
- 3) a restituição dos autos apensos à origem e o retorno deste feito à SEFIPE, para as anotações pertinentes e posterior arquivamento.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2018.

PAULO TADEU
Conselheiro-Relator